

Carta prevê inflação de até 25% em 91

A carta de intenções ao Fundo Monetário Internacional (FMI), assinada ontem pela ministra da economia, Zélia Cardoso de Mello, e pelo presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, promete para 1991 uma inflação "limitada a menos de 25%". O Produto Interno Bruto (PIB), segundo os termos propostos ao FMI, cai este ano 3%. Mas, em compensação, cresce 3% no ano que vem. A carta reconhece que, "apesar dos avanços", o combate à inflação ainda não foi suficiente para assegurar, em bases duradouras, as mudanças estruturais na economia brasileira. Garante, contudo, que o governo "está determinado a não transigir na total implementação das políticas de seu programa de estabilização". Se a carta for aprovada pela direção do FMI e for firmado um acordo nos termos propostos, o Brasil vai receber, nos próximos 17 meses, um empréstimo de 2,16 bilhões de dólares, em seis parcelas.

É a primeira vez que o Governo divulga uma carta de intenções ao FMI antes de o documento ser aprovado pela instituição. As sete cartas assinadas pelos governos

passados só eram divulgadas simultaneamente à sua aprovação pelo Fundo. Ontem, a ministra Zélia fez questão de assinar o documento diante dos repórteres, fotógrafos e cinegrafistas.

A inflação do último trimestre deste ano, prevista na carta, é de 7%, em média. Mas se essa meta não se realizar, há uma cláusula de revisão automática, sem que o Brasil tenha de pedir "waiver" (perdão) pelo seu descumprimento, que afeta números importantes no acordo, como, por exemplo, o déficit nominal. O governo promete ao FMI manter a austeridade das políticas monetária e fiscal "até que ocorra a reversão das expectativas e a inflação tenha sido permanentemente eliminada".

Providências

A carta de intenções faz uma longa exposição das providências já adotadas pelo governo para estabilizar a economia, aponta os resultados já obtidos, menciona a disposição de sustentar as políticas que vão garantir a queda da inflação e finalmente, coloca de forma sucinta a estratégia de negociação da dí-

vida externa. O Brasil se dispõe a negociar o refinanciamento dos atrasados (mais de dois bilhões de dólares) e as parcelas a vencer com o Clube de Paris, até o final de fevereiro de 1991. O País se compromete ao obter do Banco Mundial e credores oficiais "recursos para dar suporte as reformas estruturais em andamento". O Brasil se propõe a "alcançar um acordo duradouro com os bancos comerciais, capaz de atender tanto às necessidades correntes de financiamento quanto ao elevado volume de endividamento externo que vem afetando de forma negativa o investimento e o crescimento econômico". Enquanto durarem as negociações, a carta diz que o Brasil "não terá condições de cumprir integralmente as obrigações contratuais relativas aos juros sobre a dívida de médio e longo prazo". A prova concreta de que o Brasil não pretende pagar fora do contexto da negociação é que a parcela de 2,1 bilhões de dólares que vence sábado não será paga; nem mesmo parcialmente, segundo o embaixador extraordinário da dívida, Jório Dauster. (AE)



Zélia assina carta diante da imprensa e pela primeira vez a divulga antes do FMI aprová-la

Arnildo Shultz